

Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio e equidade étnico-racial: apontamentos para o aprimoramento das políticas de acesso

Síntese de apresentação

As alterações recentes no processo seletivo para ingresso nos cursos de **Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio da rede estadual de Pernambuco** — entre a versão inicial¹ do Edital de Seleção 2026.1, que previa sorteio eletrônico, e a versão revisada², que restabeleceu o formato avaliativo — evidenciam a complexidade das políticas de democratização do acesso.

Essas mudanças evidenciam a importância de compreender como diferentes modelos de seleção impactam a **composição social e racial** do público atendido, bem como de fortalecer instrumentos de **monitoramento e gestão com foco em equidade**.

Diante deste cenário, apresenta-se este posicionamento a partir da análise dos recentes editais de ingresso, dos dados do **Censo Escolar 2024** e das práticas de **coleta e monitoramento de informação racial**. As observações buscam contribuir para o aprimoramento contínuo das políticas de acesso, com ênfase na equidade étnico-racial, reafirmando o compromisso com a **produção de conhecimento orientado pela justiça racial na educação**.

A nota considera o histórico recente das versões do edital e o debate público que mobilizou diferentes setores da sociedade civil e da comunidade educacional em torno dos princípios de democratização do acesso e justiça educacional.

Equidade no acesso à Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio

A Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio regular, estruturada em projeto pedagógico, tem papel importante na ampliação de oportunidades formativas e no fortalecimento da educação pública.

A efetivação da equidade nessa modalidade requer atenção às desigualdades **socioeconômicas, territoriais e étnico-raciais**, que moldam o acesso e a permanência dos estudantes.

¹ Edital do processo seletivo das escolas técnicas estaduais (**1ª versão**, não mais disponível on-line). Disponível em acervo do autor: [1º Versão do Edital ETEs PE 2026](#)

² Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. “SEE lança **novo** edital para processo seletivo das Escolas Técnicas Estaduais”. Disponível em: [SEE lança novo edital para processo seletivo das Escolas Técnicas Estaduais](#)

Avançar em equidade significa ir além da ampliação de vagas, garantindo que grupos historicamente sub-representados, em especial **estudantes pretos, pardos e indígenas**, tenham condições reais de ingresso e trajetória bem-sucedida nesse nível de ensino.

O processo seletivo das Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) em Pernambuco: desafios sob a ótica da equidade étnico-racial

A primeira versão do Edital de Seleção 2026.1, publicada pela Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE), previa o **sorteio eletrônico como método de seleção** para os cursos de Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio. A proposta, apresentada como estratégia de ampliação do acesso, gerou ampla mobilização entre estudantes, educadores e instituições da sociedade civil, evidenciando o caráter público do debate sobre os métodos de ingresso nessa modalidade de ensino.

Em resposta às manifestações públicas, a SEE **revisou o edital** e restabeleceu o **processo seletivo por meio de prova objetiva**. Essa reversão demonstra a capacidade de diálogo do sistema educacional, mas também evidencia a importância de institucionalizar princípios de equidade na rede — **socioeconômica, territorial e étnico-racial** — de modo que mudanças metodológicas não comprometam a coerência e a continuidade das políticas de acesso, assegurando um direcionamento consistente para a justiça educacional.

O desenho da versão revisada do edital, assim como a primeira, estabelece cotas com base em **critérios socioeconômicos, de origem escolar e de vulnerabilidade social**, mas **ainda não prevê cotas étnico-raciais** específicas. A ausência de critérios raciais explícitos mantém em aberto se o modelo de seleção será capaz de enfrentar desigualdades étnico-raciais no ingresso e na composição das turmas.

No processo de reformulação do edital, **a dimensão racial seguiu ausente como parâmetro para o monitoramento da equidade**. Esse aspecto é relevante porque, tanto no modelo de sorteio anteriormente proposto, quanto no atual formato avaliativo, a falta de mecanismos de acompanhamento racial pode limitar a efetividade das políticas de democratização do acesso. Incorporar essa dimensão ao desenho e ao monitoramento da política é fundamental para que os avanços de acesso venham acompanhados de **justiça racial e representatividade estudantil**.

Informação racial e monitoramento das políticas de acesso

O aprimoramento das políticas de acesso à Educação Profissional Técnica depende da produção e do uso qualificado de dados educacionais. A variável **raça/cor**, baseada na autodeclaração, é o principal instrumento para acompanhar e avaliar a efetividade das políticas de equidade.

De acordo com o **Censo Escolar 2024³**, Pernambuco registra **33.469 matrículas** em **Cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio articulados ao Ensino Médio regular**, distribuídas entre as redes federal, estadual e privada.

A **rede estadual**, responsável por **71% do total** (23.765 matrículas), apresenta a seguinte composição racial:

- **Branca:** 4.243 estudantes
- **Preta:** 1.098 estudantes
- **Parda:** 8.750 estudantes
- **Amarela:** 84 estudantes
- **Indígena:** 89 estudantes
- **Não declarada:** 9.501 estudantes

Esses números indicam que **estudantes negros (pretos e pardos)** representam **aproximadamente 41%** das matrículas na rede estadual. No entanto, quase **40%** dos registros estão **sem informação racial declarada**, o que limita a precisão do diagnóstico e o monitoramento das políticas de equidade étnico-racial.

Quando essa informação é incompleta ou negligenciada, perde-se a capacidade de identificar como as desigualdades raciais se manifestam no sistema. A expressiva proporção de registros “não declarados” reforça a urgência de **aprimorar a coleta e registro da autodeclaração racial** dos estudantes.

A **relevância de incluir critérios étnico-raciais** nas políticas de acesso à Educação Profissional Técnica está diretamente relacionada às **desigualdades raciais persistentes no mundo do trabalho e na distribuição de renda**. Segundo o **DIEESE (2024)⁴**, o rendimento médio — isto é, o valor em dinheiro que o trabalhador recebe mensalmente — das pessoas negras é **cerca de 40% menor** do que o das pessoas não negras, e mesmo entre aquelas com **ensino superior completo**, a diferença permanece em torno de **32%**. Essas disparidades evidenciam que, sem equidade étnico-racial nas trajetórias educacionais, a educação tende a **reproduzir desigualdades econômicas**, limitando a **mobilidade social** e as possibilidades de ascensão profissional de estudantes negros.

³ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Básica: Matrícula - Por Ano. Brasília, DF: INEP. Disponível em: [Oracle Analytics Interactive Dashboards - Censo da Educação Básica](#)

⁴ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Boletim Especial 2024, “Consciência Negra”. Disponível em: [Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste](#)

Considerações finais

A revisão do Edital de Seleção 2026.1, que restabeleceu o formato avaliativo após repercussão pública, evidencia um **processo de escuta e readequação institucional**. Essa movimentação reflete a responsividade das políticas educacionais a debates e demandas sociais legítimas, mas também destaca a necessidade de consolidar parâmetros estáveis que assegurem a continuidade dos princípios de equidade.

Nesse contexto, o fortalecimento da capacidade de gestão educacional torna-se essencial para que a equidade — especialmente a **étnico-racial** — seja incorporada de forma sistemática ao desenho, à execução e à avaliação das políticas de acesso. O campo de autodeclaração racial⁵, quando devidamente reconhecido e valorizado, constitui o instrumento mais adequado para garantir dados seguros e comparáveis sobre a composição étnico-racial da rede. Sua ausência ou uso limitado compromete a capacidade de compreender como as desigualdades raciais se manifestam nas dimensões de acesso, permanência, conclusão e aprendizagem.

Assim, a integração transversal da dimensão étnico-racial, em diálogo com os recortes socioeconômico, territorial e de inclusão da pessoa com deficiência, é condição necessária para que a democratização do acesso se traduza em **equidade efetiva**. Avançar nessa direção requer estratégias institucionais capazes de transformar princípios em práticas, fortalecendo a formulação e o monitoramento de políticas educacionais orientadas por evidências e pela justiça social.

O **Instituto GUETTO** reitera sua disposição em contribuir com análises, dados e recomendações que apoiem gestores, educadores e instituições públicas na consolidação de políticas educacionais comprometidas com a equidade étnico-racial.

⁵ INEP. Entenda a importância do campo cor/raça na pesquisa. Brasília, DF, 22 jun. 2023. Disponível em: [Entenda a importância do campo cor/raça na pesquisa](#).